

Acta nº 5/2002

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dois, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Proposta das Opções do Plano e Proposta do Orçamento para o ano 2003;
4. Proposta de atribuição de Mérito Excepcional a funcionários municipais;
5. Obras por Administração Directa;
6. Delegação de Competências nas freguesias.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os senhores Maria de Fátima Pereira Fernandes, António José Silva Carvalho, Acácio Silva Gonçalves, João Gonçalves Surreira, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, António Pires Pereira e João Jorge Lopes e Silva.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 25 de Setembro de 2003 os deputados Alberto Martins Fernandes, José Diogo Vieira Vaz Pereira, João Gonçalves Surreira, António Gregório Azevedo Dias, Luis Sanches Álvares Pereira e Paulo Jorge Dias Barroso.

Devido à ausência do Segundo Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

O Senhor Presidente declarou aberta a sessão.

Foi posta à consideração a acta da sessão anterior, tendo os deputados Domingos Vasconcelos, Alexandre Antunes e Paulo Cruz pedido algumas alterações às suas intervenções.

O deputado Domingos Vasconcelos pediu que se alterasse a sua intervenção na página 6. Ele não se referiu aos caminhos de Sidrós-Venda Nova, mas sim aos caminhos de Sidrós-Vila Nova.

O deputado Alexandre Antunes pediu a alteração da sua intervenção na página 3, onde devia constar “na qual eu não me revejo”.

O deputado Paulo Cruz disse que iria fazer uma chamada de atenção pela forma como se vem dando conhecimento das Sessões desta Assembleia Municipal à população, através de artigos do jornal “Povo de Barroso”. Apesar de não estar presente o deputado em questão, teria que o fazer de igual modo, pois, não se pode narrar factos que não ocorreram. Para um membro desta Assembleia, entendo que essa não é a forma mais correcta de fazer política. Disse que, como estamos em maré de Natal, ao PSD tocou-lhe a fava, pois, tantas vezes disse que a Câmara era má gestora, que estava endividada, até foi bandeira de campanha do PSD para as últimas eleições autárquicas. Como vivemos num período de contenção financeira foi necessário fazer contas para apurar a dívida

nacional. Feitas as conclusões, pasme-se, a Câmara de Montalegre é a segunda com maior poder de endividamento no distrito, segundo projecção da Associação Nacional de Municípios, o que deve deixar o PSD bastante angustiado com esta evidência.

Findas as intervenções, a acta nº 4/2002 foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Francisco Surreira, Domingos Vasconcelos, José Miranda, Luis Pereira, António Ferreira, José Coelho, José Rodrigues, Ricardo Moura, José Acácio, Fernando Calvão, Paulo Cruz e João Fecheira.

O deputado António Cascais falou da exploração de pedreiras no concelho de Montalegre. Julga, e pela informação que tem que pensa ser verdadeira, que há uma empresa que abre buracos, faz a exploração sem qualquer licenciamento e nem fazem a reposição. Aconteceu em Morgade, Lamachã e Carvalhais. Pediu que a Câmara interviesse no sentido de se tentar repor o meio ambiente.

O deputado Francisco Surreira perguntou quando é que a Câmara estava a pensar repor o tapete na estrada junto ao rio.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que tem ouvido dizer que um dos pilares da ponte da Central de Vila Nova está com problemas. Espera que a Câmara mande fazer uma inspecção e depois dê uma explicação à população. Disse ainda que houve uma reclamação com várias assinaturas que entrou na Câmara sobre o nome de uma rua no lugar da freguesia de Ferral. O Presidente da Junta, a essa rua, deu-lhe o nome de Rua da Estrada e os residentes dizem que toda a vida se chamou Rua da Aldeia. Esperam que a Câmara dê uma resolução a este assunto. Disse ainda que já tinha falado muito sobre o caminho da Barca, e enquanto membro da bancada da oposição, cabe-lhe criticar, mas também elogiar quando é necessário e ficou satisfeito por ter visto que nesse caminho já se iniciaram alguns trabalhos.

O deputado José Miranda respondeu ao deputado Domingos Vasconcelos e disse-lhe que nunca tinha ouvido falar na Rua da Aldeia. Em relação ao nome Rua da Estrada, as pessoas que criaram o movimento contra, sabem que há outras aldeias que têm este nome nas suas ruas e ninguém contestou. Disse que não foi só ele, como Presidente da Junta, a escolher o nome, mas foram também os dois outros elementos que fazem parte da Junta, o secretário e o tesoureiro. Referiu ainda que, inicialmente, as pessoas concordaram, só mais tarde um senhor é que se lembrou que não gostava do nome e resolveu recolher assinaturas. Finalmente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que interviesse junto da EDP no sentido de esta colocar luz pública em Vila Nova, Ferral (Bairro) e em Sacozelo já que a Junta já a solicitou várias vezes por ofício e até à data não foi dada resposta nenhuma.

O deputado Luis Pereira disse que também já tinha telefonado várias vezes para a EDP para resolver o problema da iluminação pública em algumas ruas de Salto e também em algumas aldeias da freguesia e até à data não conseguiu nada. Disse ainda que as iluminações de Natal em Salto ainda não tinham começado e perguntou porquê.

O deputado António Ferreira disse que queria fazer um reparo positivo à nova sinalização na vila de Montalegre. As chegadas que as pessoas dão e que, por sua vez, ele expõe na Assembleia têm merecido receptividade por parte da Câmara. Em nome da população e em seu nome pessoal agradeceu. Disse que os proprietários das casas que confinam com a via pública deviam ser sensibilizados no sentido de colocarem caleiros nos telhados porque, com a continuidade das chuvas, os paralelos levantam. Falou ainda sobre uma notícia que tinha saído no jornal Diário de Notícias sobre os índices de poder de compra de vários concelhos. Referiu que o concelho de Boticas apareceu como o primeiro a contar do fim. Pediu que todos os presentes vissem quem é que governa Boticas e quem governa Montalegre, quem são os responsáveis pelo desenvolvimento de tal concelho. Montalegre aparece na notícia com o dobro do poder de compra de Boticas. Terminou, dizendo que não vale a pena andar a distribuir livros nas escolas, nem a oferecer passeios. Isso é propaganda. Aqui faz-se trabalho e faz-se desenvolvimento e o resultado está à vista.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, pediu que se começasse, durante o ano de 2003, a construção do infantário porque o local onde actualmente está a funcionar não tem condições. Disse que a captação e o depósito de água de Brandim estão em muito mau estado. Pediu que lhes fosse dado um arranjo. Disse ainda que as obras nas ruas de Viade estavam paradas devido ao mau tempo que não deixou que os trabalhos avançassem. Pediu que a obra fosse terminada logo que o tempo o permita.

O deputado José Rodrigues disse que se tinha constado que estava a ser construído um prédio na rua do Salgado sem licença. Pediu esclarecimentos sobre esse assunto. Consta-se ainda que à ponte do Barracão tinha sido feita nova inspecção. Pediu que a Câmara lhe fornecesse a informação oficial que tivesse.

O deputado Ricardo Moura pediu a todos os presentes que lhe confirmassem, quem soubesse, se a serra de Sendim e Padroso faz parte do Larouco. Convidou todos os presentes para irem a Cualedro para verem o parque eólico que os espanhóis andam aí a construir.

O deputado Acácio Moura disse que à cerca de um mês foi abordado por um senhor para lhe ceder instalações para fazer uma sessão de esclarecimentos. Pediu ajuda para convocar as pessoas. No final pretendiam passar um cheque exigindo que a Junta lhe desse o dinheiro de volta através de um cheque da autarquia. Achou estranho e não aceitou.

O deputado Fernando Calvão disse ao Sr. Ricardo Moura que a sensibilidade e o gosto pelo belo já nascem com as pessoas, não se aprendem. Não é só o dinheiro que está em causa, é preciso ter em conta outras questões. Referiu que a sua posição em relação ao parque eólico no Larouco continua a ser a mesma, ou seja, contra, não só pelo impacto visual que causam as torres, mas também pela abertura de caminhos e passagem de carros que vão degradar a fauna e a flora. Disse ainda que reconhece o esforço que o Presidente da Câmara tem feito pelo embelezamento das ruas, mas as guias dos passeios são demasiado altas; há ruas muito apertadas, não dá para passar um camião. Agrada-lhe a ideia de se tirar o alcatrão do centro da vila, só lamenta que esta ideia não se estenda também às aldeias.

O deputado Paulo Cruz pediu a palavra, tendo como expectativa a intervenção dos membros da bancada do PSD. Os argumentos utilizados são sempre os mesmos, e falam sempre da mesma coisa, da dívida, da má gestão. Pelas palavras destes senhores a Câmara já esteve falida há doze anos e, afinal, as obras não param. Se não houvesse obras aí é que não havia dívida, porque não havia desenvolvimento. E isso sim, é que seria bastante grave.

O deputado João Fecheira, Presidente da Junta de Freguesia de Vila da Ponte, perguntou que medidas já tinha tomado o Sr. Presidente para reforçar o abastecimento de água pública à população de Vila da Ponte, já que nos meses de verão a água escasseia. Perguntou para quando estava prevista a conclusão da estrada Vila da Ponte a Bustelo já que é uma obra de extrema importância para as duas aldeias e vem sendo adiada ao longo dos anos. Soube que já foi adjudicada à cerca de um ano e só não começou porque o Sr. Presidente da Câmara ainda não deu ordem. Disse que a EN 103, que passa no centro da Vila da Ponte, está em contínua degradação. É uma estrada com algum trânsito diário e, como as obras não são da responsabilidade da Câmara, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que ajudasse a Junta de Freguesia no sentido de alertar as autoridades competentes para a necessidade da sua reparação. Finalmente, pediu que a ponte romana da Vila da Ponte fosse sinalizada, à semelhança do que acontece com outros monumentos como, por exemplo, o solar de Viade de Baixo.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Este, ao deputado António Cascais, disse que as pedreiras ilegais são um problema, mas o pior era a legislação que não era suficientemente dura para exigir a reposição. com o qual lida sucessivamente. Há uma pedreira que tem multas no valor de mil e tal contos. Há abusos e prospecções excessivas nas serras como é o caso para os lados de Brandim. Disse que a reposição é complicada e que só é possível se colocarem terra vegetal e arbustos. Mas houve sempre exploração de granitos e a reposição natural deixou algumas completamente cicatrizadas. Disse ainda que a Câmara tem que lidar com este problema, com exigência, não pondo em causa a economia da região.

Ao deputado Francisco Surreira disse que, na estrada junto ao rio, fez-se o trabalho que tinha de ser feito. A reposição foi feita, e irá levar reforço logo que seja possível.

Ao Domingos Vasconcelos disse que a questão das pontes é um assunto delicado pelo alarmismo que pode criar nas populações. A JAE fez a inspecção da ponte do Barracão e da ponte da Mesa do Galo e disse que estavam com problemas, mas que não eram preocupantes. Referiu que no Barracão não é a ponte que está com problemas, mas sim o muro de suporte. Disse ainda que, para além destas, foram vistas mais duas pontes: a da Borralha e a de Vila Nova. Em Vila Nova o problema parece mais grave do que é efectivamente. O pilar está desprotegido dos lados, mas não há perigo para a segurança, nem põe em risco as populações. Esse assunto foi colocado à EDP que verificou e fez a mesma análise e que assumiu a sua reparação. Referindo-se à toponímia das aldeias, disse que pediram às Juntas que fizessem a toponímia e que aproveitassem o que era usual e foi pedido também consenso com as populações. Sobre a obra do caminho da Barca, disse que não era uma obra qualquer e que era uma intervenção muito alargada.

Ao deputado José Miranda pediu-lhe que lhe enviasse cópia dos ofícios que a Junta tinha mandado à EDP, solicitando a iluminação pública para alguns lugares da freguesia de Ferral, para a Câmara poder reclamar também. Disse que esta empresa está a funcionar mal e que a tendência é para piorar.

Ao deputado Luis Pereira pediu-lhe também que enviasse à Câmara cópia dos ofícios enviados à EDP e sobre as iluminações de Natal disse que havia atrasos na equipa, mas garantiu-lhe que iriam ser feitas.

Ao deputado António Ferreira disse que a Câmara ia tentar pressionar as pessoas para acabar com os pingantes. Disse que é altura de reconhecer que esta Câmara está a fazer um esforço muito grande para o desenvolvimento do concelho. Tem metido muito dinheiro no bolso dos privados com os projectos do Procom e do Agris. Disse ainda que esta Câmara tem criado bem estar às populações. Fizeram-se muitas ruas nas aldeias, muitas captações e ligações de água, saneamentos, etc. O desenvolvimento do concelho de Montalegre é muito diferente do de alguns concelhos vizinhos. São os números objectivos que falam.

Ao deputado José Coelho disse que a carta escolar está adjudicada e que deverá definir um centro escolar em Viade. Só depois é que se poderá avançar porque sem essa carta o governo não financia obras escolares. Aproveitou para dizer que a freguesia de Viade de Baixo irá ser contemplada com um Centro de Dia no âmbito da Rede Social. Sobre as ruas de Viade disse que as obras estão paradas porque o calceteiro disse que não valia a pena continuar aqueles trabalhos porque vão ter que ser feitas novamente.

Ao deputado José Rodrigues disse que o prédio de que falou na sua intervenção está embargado e está em tribunal por desobediência ao embargo. Informou que já foram levantados dois autos e a Câmara fez o que tinha a fazer.

Ao deputado Ricardo Moura disse que o parque eólico na serra do Larouco é uma questão complicada. Que se exige solidariedade com a Junta de Freguesia de Padornelos. A primeira tentativa de construção de um parque eólico apareceu na freguesia de Padornelos e era o melhor contrato. O Senhor Presidente da Câmara referiu que se estivesse no lugar do Presidente da Junta da Freguesia de Padornelos também se sentia lesado porque, com este contrato, iria conseguir dinheiro para muitas obras na freguesia. Disse que não é adepto de que se pulverize o concelho com torres eólicas, mas deve-se aproveitar esta riqueza porque é bastante rentável para toda a gente. Terminou a dizer que a Junta de Freguesia de Padornelos deve ser ressarcida porque o interesse público falou mais alto e prejudicou aquela freguesia.

Ao deputado Acácio Moura disse que entre os Barrosões não costuma haver habilidades destas e que essas situações devem ser denunciadas.

Ao deputado Fernando Calvão disse que os passeios estão feitos e são para servir os peões, não são para estacionar carros. Disse que as ruas foram estreitadas para que se diminuísse a velocidade dentro da localidade. Está-se a fazer uma intervenção urbana de qualidade. Disse que não há uma aposta no desenvolvimento feita pelos membros do PSD. Esta Câmara quer o desenvolvimento e quer meter dinheiro no bolso às pessoas.

Ao Paulo Cruz disse que, realmente, o que algumas pessoas alardearam sobre a dívida é falso. A Câmara deve dinheiro, mas conta pagar. É a segunda Câmara do distrito de Vila Real que pode pedir mais dinheiro. Quando se fala neste assunto é preciso ponderação porque se está a falar de todos, da nossa terra, da nossa autarquia e não de partidos, nem de pessoas individuais. Por isso as falsidades são traições ao Barroso.

Ao deputado João Fecheira disse que o abastecimento de água a Vila da Ponte está a ser preparado porque é realmente uma prioridade. O caminho Bustelo-Vila da Ponte vai sendo remodelado dentro das possibilidades. Quanto à EN 103, informou que está garantida a reposição do pavimento e será entregue à Câmara. Sobre a ponte da Vila da Ponte disse que não é uma ponte romana, mas que é considerada património do concelho e que deve ser sinalizada.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, os deputados José Rodrigues, António Cascais e Ricardo Moura inscreveram-se para prestar esclarecimentos.

O deputado José Rodrigues disse que a questão “a Serra de Sendim e Padroso pertencem ao Larouco” não pode ser colocada dessa forma porque a questão essencial é se lá podem ser colocadas torres eólicas ou não. Perguntou porque é que em vez de se apostar numa pista automóvel não se aposta, por exemplo, no Parapente que é incompatível com as torres eólicas no Larouco. Disse que estava de acordo com o Senhor Presidente da Câmara quando ele diz que se devem instalar parques eólicos no concelho mediante determinados limites, mas no Larouco não.

O deputado António Cascais disse que o Partido Socialista sempre lidou mal com números e em relação à menorização do concelho de Boticas disse que nunca gostou de humilhar ninguém e que era bonito respeitar os pequenos, como tantas vezes se respeitam os ricos. Sobre o aproveitamento da riqueza, disse que tem uma visão um pouco diferente. O certo é que uma freguesia não pode perder determinado investimento só porque algumas pessoas não concordam com a instalação de um parque eólico no Larouco. Disse ainda que se as coisas forem razoáveis, a freguesia de Padornelos deve aproveitar a riqueza que tem.

O deputado Ricardo Moura disse que só colocou a questão porque há pessoas que dizem que sim, que era tudo a mesma serra. Disse que sempre teve o apoio do PSD e do Sr. Cascais nesta questão e agradeceu por isso.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para intervir que disse que a pista já provou que é um atractivo que traz muita mais gente a Montalegre. Mais do que o Parapente. Mas a Câmara apoia o Parapente e apoiou a candidatura do Campeonato do Mundo de 2003, mas o investimento na pista é muito mais rentável que este desporto. Referiu ainda que a comparação do concelho com o Município de Boticas foi uma infeliz ideia do PSD, que só agora deu conta.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia informou que os Presidentes de Junta de Santo André e Pitões das Júnias não podiam estar presentes e foram substituídos pelos membros José Gonçalves Domingues e Lúcia Araújo Jorge, respectivamente.

Informou ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Joaquim Gonçalves Domingues, renunciou ao mandato. Nos termos do artº 79 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, o lugar vai ser ocupado pelo secretário, António Manuel Seara Vaz.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia referente ao período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Azevedo e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que era a actividade própria do período que vivemos, Inverno. Não deixa de ficar espantado com a dívida a fornecedores: a Câmara, em 16 de Dezembro de 2002, devia um milhão e trezentos mil contos. É característico deste mandato e desta gestão o despesismo e a prova disso é a despesa a restaurantes: 8.854 euros. Referiu ainda que, apesar das crispações de determinados dirigentes do PS, o PSD não se inibe de fazer os reparos. Disse que se torna fastidioso ver que uma actividade da Câmara se resume a limpeza de valetas e bermas, plantação de árvores na pista e em outros locais. É uma actividade não muito consentânea para aquilo que é suposto ser uma actividade da Câmara.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, disse que a Câmara anda a fazer obras no caminho de Lamas e de nada lhe foi dado conhecimento.

O deputado Paulo Cruz pediu a palavra, tendo como expectativa a intervenção dos membros da bancada do PSD. Os argumentos utilizados são sempre os mesmos e falam sempre da mesma coisa, da dívida. Pelas palavras destes senhores a Câmara já esteve falida há doze anos e, afinal, são obras e mais obras. E se não houvesse obras aí é que não havia dívida porque não havia facturação. E isso é que seria grave.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que era bom que a Câmara não tivesse dívidas, mas se há dívida é porque há obras a serem executadas. Todas as Câmaras têm dívidas pendentes e a Câmara de Montalegre não é excepção. É preciso dizer que a Câmara tem dois meses legais para pagar. Basta a facturação pendente de uma obra grande para aumentarmos a dívida. Mas o PSD não sabe que o que interessa não é a dívida, é a

capacidade de pagamento e isso vê-se que as obras andam e não param é porque a dívida é rotativa. E este ano aumentou mais porque as obras do Piter estão feitas e a Câmara ainda não recebeu dinheiro nenhum, assim como da JAE, do Procom e do Urbcom em que as obras estão feitas, a facturação já entrou e algumas dessas facturas até já estão pagas. Nos saneamentos de Aldeia Nova, Cambezes e Solveira, as obras estão praticamente prontas e a Câmara ainda não recebeu dinheiro nenhum, assim como a Estrada da Fronteira, que tem financiamento garantido, e a Câmara ainda não recebeu nada. A explicação é esta e já todos deviam estar esclarecidos. Mas há gente que só sabe falar sempre do mesmo, por não ter ideias. Sobre a dívida a restaurantes, disse aos membros da Assembleia que pedissem as facturas e que mostrassem a toda a gente quem comeu os jantares. Pediu que não enxovalhassem ninguém e que publicassem nos jornais essas facturas. As obras pequenas foram os Presidentes de Junta que as pediram para serem feitas. Todos os Presidentes reclamam obras e a Câmara só não faz aquelas que não pode ou que não são prioridade. Que ninguém pense que se pede para fazer hoje uma obra e no dia seguinte estão as máquinas no local para começar. Esta Câmara não funciona assim e são ponderadas todas as prioridades. O que o Senhor deputado António Cascais disse é grave porque pretende ridicularizar uma actividade importante das obras por administração directa, mostrando arrogância e cegueira, e desconsideração pelos trabalhadores da autarquia. Pediu-lhe que perguntasse aos senhores Presidentes de Junta se as obras são ou não importantes.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Proposta das Opções do Plano e Proposta do Orçamento para o ano 2003

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do Orçamento e das grandes opções do Plano para 2003/2006.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Amadeu Fortunas, António Azevedo, Jorge Fernandes, Pedro Giesteira, José Rodrigues, Paulo Cruz e João Fecheira.

O Senhor deputado António Cascais disse que concorda com o Senhor Presidente da Câmara, o que não é muito habitual, mas concorda que o plano que é apresentado tem que ter esta matriz porque é a continuação do anterior, não traz nada de novo. Disse que a sua bancada concorda e aplaude algumas das actividades nele contempladas, nomeadamente no Ecomuseu e no plano cinegético. Falou sobre a dotação de algumas actividades como, por exemplo, do Centro Paroquial de Vilar de Perdizes em que o Senhor Presidente da Câmara disse que ia dotá-lo com uma verba e no Plano aparece com outra. Isto mostra que não há rigor nos números e algum deles está errado. Este Plano foi feito não respeitando algumas exigências do Pocal, deviam ser referidos os apoios que vêm dos fundos comunitários. Referiu ainda que é apresentado um Plano no valor de 24 milhões e se for como em anos anteriores este valor, na prática, resume-se a metade deste. Em termos de receitas, verifica-se que da parte do Estado mantem-se e julga que as receitas correntes estão empoladas. Nas receitas próprias, EHATB e Albadia, disse que ficou espantado com a verba de 750 mil euros porque as verbas vindas destas duas entidades eram substancialmente mais baixas. Também nos rendimentos de propriedade, a receita parece-lhe muito elevada, 80 mil euros, porque até Dezembro de 2002 foi cobrado muito menos. Falou ainda da formação profissional e das receitas de água; as verbas previstas parecem-lhe exageradas. Pelos documentos

que possui diz que há um aumento muito grande, a não ser que haja mais informação à qual não teve acesso. Também nos fundos comunitários de apoio as receitas estão empoladas porque não há certeza de que vêm para Montalegre. Relativamente às despesas, disse, ressalta uma característica que é o despesismo. Referindo-se às despesas correntes, diz que há gastos que não entende. Nas escolas primárias, pneus, combustível, segurança com viaturas, transportes escolares são verbas que supostamente deveriam ser mais ou menos iguais às do ano anterior. Referiu o despesismo com os funcionários e perguntou a que se deve tal diferença. Registou com agrado a diminuição da verba para a Pista Automóvel, mas mostrou-se descontente com a diminuição da verba atribuída ao apoio à terceira idade. Comparando a actual gestão com a gestão do Dr. Pires disse que esta Câmara deve demais. Quando o Dr. Pires deixou a autarquia a dívida era metade.

O deputado Amadeu Fortunas falou do caminho agrícola Paradela-Lamas e fez votos para que esta obra fosse contemplada neste ano.

O deputado António Azevedo disse que a estrada Pisões-Lamas está muito estreita e com a passagem de camiões corre o perigo de desabar. Pediu uma solução urgente para aquela estrada.

O deputado Jorge Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, perguntou quais os arruamentos que vão ser feitos no Barracão. Disse que tem pedido o alargamento de alguns cemitérios da sua freguesia e perguntou para quando estava previsto.

O deputado Pedro Gisteira, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, disse que este Plano lhe parece ambicioso e traduz o trabalho que a Câmara quer ver feito, assim como toda a população. Não interessa como, o que se quer é o desenvolvimento. Na área da solidariedade social, pediu que a Câmara se unisse às várias instituições e as apoiasse. A formação profissional deve ser apoiada ao máximo. Sobre a rede viária concelhia, disse que o concelho de Montalegre está coberto por uma das melhores redes viárias, mas é preciso manutenção, que passa pela limpeza de valetes e taludes. Muitas vezes as estradas alagam-se por não terem manutenção. Pediu a colocação de placas de sinalização na freguesia de Cabril. Realçou as actividades de âmbito cultural que a Câmara tem levado a cabo, como o Ecomuseu, Feira da Vitela, etc, para além da preocupação constante com as escolas. Disse ainda que seria bom que o concelho visse toda a sua área coberta pela rede de saneamento ou fossas cépticas. Na água, o investimento deve ser constante. Terminou fazendo votos para que este plano seja cumprido para que daqui por um ano se possa dar os parabéns à Câmara.

O deputado José Rodrigues disse que se continua sem saber aquilo que é para fazer e o que não é. Espera que o aumento da rubrica de pessoal sirva para contratar um arquitecto. Sugeriu que a Câmara registasse a marca Feira do Fumeiro de Barroso para evitar problemas no futuro. No Plano, o PDM está cotado com uma verba para estudos e gostava que o Senhor Presidente da Câmara fosse mais concreto. Referiu ainda que a Câmara de Ponte de Lima tem programado Planos de Pormenor em todo o concelho. Disse que devemos aprender com exemplos destes. O Parque de Exposições está dotado com um milhão novecentos e setenta mil contos mas parece-lhe que ouviu dizer que esta obra foi adjudicada por um milhão e setecentos mil. Espera que os erros de projecto só custem 270 mil contos. Em relação à Pista, disse que o Senhor Presidente da Câmara

continua a insistir na irracionalidade e que é contra toda e qualquer forma de desenvolvimento para o concelho. Tem-se esforçado em justificar aquele investimento para o tornar viável, mas pensa que não o tem conseguido. Recordou um ano em que decorreu a Taça do Mundo de Parepente e ao mesmo tempo se realizou uma prova de ralicross. Só se viam cartazes a anunciar as provas de rally e camião racing. Perguntou quando é que íamos ter em Montalegre o Shumacher.

O deputado Paulo Cruz disse que não vale a pena estar sempre a bater no ceguinho. As provas da pista são evidentes. Considera as propostas deste Plano sérias. Têm uma abrangência em todo os sectores da sociedade. Realçou o apoio dado aos jovens, apesar de não ser um investimento a curto prazo, mas sim, a longo prazo que vai dar bons frutos. Disse que estas propostas espelham bem a política de desenvolvimento coerente que a Câmara tem dado e quer continuar a dar a todo o concelho, não se ficando unicamente pela sua sede. Por tudo isto, entende que deve ser aprovado. Disse que a posição do PSD ficou pouco clara. Mas com a argumentação que o deputado António Cascais teve, uma coisa é certa, se são contra o endividamento, então que desenvolvimento iríamos ter, se fossem poder um dia. Só se consegue, se houver endividamento, isto é, se a Câmara se endividar. Todos sabem que os fundos comunitários não cobrem as despesas na totalidade, têm de ser as entidades empreendedoras a contribuir com o restante. Falou ainda da argumentação da vereação do PSD para votar o Plano. Disse que a declaração que fizeram na Câmara para justificar o voto contra, com a tentativa de instrumentalizar uma instituição como a Associação dos Bombeiros Voluntários de Salto, é sinónimo de uma má prática política e revela uma total ignorância, porque a responsabilidade da construção do Quartel dos Bombeiros é daquela instituição e não da Câmara. Embora todo esse projecto tenha sido apoiado e feito pela autarquia.

O deputado João Fecheira entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente, este Plano contempla o saneamento às aldeias da área do PNPG e também da área da albufeira dos Pisões, assim como muitas outras. A Vila da Ponte não se integra nestas áreas, nem é contemplada com saneamento. Pergunto para quando o saneamento na Vila da Ponte que, julgo saber, foi um dos primeiros a ser projectados mas, por este andar, será o último a ser executado. Seria uma obra que gostaria de ver neste Plano porque é um bem essencial para a boa qualidade de vida das populações.”

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Ao senhor deputado António Cascais disse que este, na sua intervenção, fez a demagogia da oposição e o trocadilho dos números. É o discurso de circunstância da oposição. A prova provada daquilo que se fez vem na Conta de Gerência e aí se pode fazer comparações. Disse que as despesas correntes estão muito equilibradas e que apenas tinham subido 730 mil euros em relação ao plano anterior. Esse crescimento tem a ver com o aumento de pessoal e com as progressões nas carreiras. Referiu ainda que este Executivo tem a humildade de reconhecer que se engana e corrigir os erros. Este plano mantém as linhas gerais do anterior e foi alterado aquilo que tinha que ser alterado. Disseram, nas intervenções, que não havia nada de novo e não sabem que o plano apresentado o ano passado é um plano plurianual. Mesmo assim foi anunciado o programa Agris para três freguesias e uma série de candidaturas ao Interreg. Explicou ainda que as verbas que vêm no Plano podem ser alteradas ou não e as verbas que são

atribuídas às associações são em função da sua actividade e aos clubes em função da divisão em que militam. Os subsídios expressos não são compromissos definitivos. Só são pagos se apresentarem um plano. As obras do Interreg, estradas, são obras que estão praticamente feitas e tive-se que fazer a sua cabimentação. Disse que aceitava que dissessem que o Plano estava empolado, mas é uma previsão e por isso pode falhar, tanto no campo das despesas como no campo das receitas. Há muitas obras que estão em Plano, mas só serão feitas se tiverem apoios dos fundos comunitários. Disse que se tinha falado em bloqueios e em plano rigoroso, mas não tem medo de bloqueios e não é assim tão rigoroso porque tem de deixar margem de manobra para se poder evitar os bloqueios. Disse ainda que as oposições dizem sempre que há empolamento das receitas. No ano passado o plano era muito maior porque nele estavam contempladas grandes obras e se soubesse que este governo ia ser tão restritivo tinha-as cortado. Este Plano é um plano ambicioso porque faz muitas obras em todo o lado, mas é também rigoroso porque se concentra em três ou quatro pontos. Falou das receitas e disse que a receita dos EHATB pode não acontecer ou porque não há vento ou porque não chove ou porque as verbas que cabem às Câmaras são atribuídas às associações porque é muito mais rentável em termos de impostos para a empresa. A previsão está certa, pode não estar certa a realização porque as verbas podem ser atribuídas a outras entidades. Sobre a formação profissional, disse que o IEFP tem muito dinheiro para formação. O que acontece é que muitas vezes não têm enquadramento para aquelas acções de formação que as Câmaras pedem como, por exemplo, na área da confecção do fumeiro. A Câmara aceita a formação noutras áreas porque não tem encargos e é dinheiro que vem para o concelho. Disse que não há previsão para o aumento da despesa, o único aumento que há é com o pessoal e que tem a ver com o comportamento normal da progressão nas carreiras. Em relação à dívida, disse ainda que não era a primeira vez que o deputado António Cascais lança este repto com vista a criar atritos entre o anterior e o actual presidente, mas em vão. Disse que fica satisfeito que se elogie a gestão do Dr. Pires esse elogio vem daqueles que o criticavam e o combatiam.

Ao deputado Amadeu Fortunas disse que o caminho de Paradela-Lamas não vai ser para já uma estrada porque não há garantia de financiamento.

Ao deputado António Azevedo disse que o caminho de Bustelo, que se está a fazer, é útil, mas os gastos que se estão a ter para um caminho florestal são muitos, apesar de estar a ser financiado. Se fosse hoje, talvez não fosse feito porque não era uma prioridade.

Ao deputado Jorge Fernandes disse que os cemitérios são da responsabilidade das freguesias e estas têm que assumir prioridades. A Câmara ajuda, mas tem que haver ordem e disciplina na gestão dos cemitérios. E não se pode subsidiar todos ao mesmo tempo.

Ao deputado Pedro Giesteira disse que as Juntas de Freguesia devem candidatar-se aos fundos comunitários e a Câmara está cá para ajudar. Devem-se encontrar outros financiamentos porque o dinheiro da Câmara não chega. Informou que as placas de sinalização estão para chegar. Sobre os saneamentos, disse que não valia a pena ilusões porque não vai haver saneamento em todas as aldeias. São 135 aldeias e não se conseguem fazer cem saneamentos porque ficam muito caros e o nosso terreno não o permite. É preciso reconhecer que todas as aldeias com mais de 200 habitantes estão servidas. Dos 150 para baixo não é viável nem isso é problema ambiental grave.

Ao deputado José Rodrigues disse que falou no empolamento do Plano, daquilo que se faz e do que não se faz. Esta Câmara não faz planos estanque. Muitas vezes as obras estão em Plano para se conseguir os financiamentos. Há obras que se fazem num ano, mas outras demoram muito mais. O Parque de Exposições vai demorar quatro anos para ser pago. Sobre o registo da Feira do Fumeiro, disse que essa hipótese estava a ser estudada em parceria com a Associação de Produtores de Fumeiro. Disse que Ponte Lima é um bom exemplo de desenvolvimento urbano no mundo rural, mas é preciso ver quantas aldeias tem esse concelho e disse ainda que não há nenhum deputado de Montalegre na Assembleia da República para votar o Orçamento de Estado. Sobre a pista disse que, quando houvesse provas, gostava que vissem a quantidade de pessoas que vêm a Montalegre. Os Bombeiros e o Clube podem pronunciar-se porque exploram as bilheteiras e o bar. Se quiserem comparações vamos ver se a Taça do Mundo de Parapente tem mais assistência que a realização de uma prova automobilística. Pediu que vissem como funciona uma pista de velocidade. Só existem duas pistas de velocidade em Portugal. A pista vai ser um investimento muito rentável. Sobre a dívida, disse que não é de almoços e jantares, mas sim porque a Câmara vai construir um gimnodesportivo, vai fazer as portas do parque etc. para quem vier a seguir. Existe a dívida porque também existem obras porque há fundos comunitários que esta Câmara tem que aproveitar.

Ao deputado João Fecheira disse que gostava de ver esse projecto de saneamento que estava previsto há muito tempo para a Vila da Ponte. É que o que existe foi encomendado há um ano. Os saneamentos da zona do Parque são a prioridade, logo a seguir serão os da área da albufeira de Pisões.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais e José Rodrigues.

O deputado António Cascais referiu que o Senhor Presidente da Câmara disse que ele tinha manobrado os números. Considerou isso uma ofensa e perguntou quantas equipas são exigidas ao Centro Paroquial de Vilar de Perdizes ou à Associação de Parafita para verem os subsídios aumentados. Garantiu ainda que, se os números de que falou não estavam correctos, não mentiu deliberadamente.

O deputado José Rodrigues disse que, no tempo da gestão do Dr. Pires, o actual Presidente da Câmara dissera que não interessavam turistas de pé descalço. Mas bom turismo são os caravanistas que vêm assistir às provas de ralicross com o farnel. Pediu que o Senhor Presidente da Câmara não andasse a alienar a Feira do Fumeiro porque a Câmara já investiu muito dinheiro nesse evento e que ceda só a organização à Associação de Produtores de Fumeiro porque é uma instituição sem experiência, acabada de formar. Se houver problemas chamem de novo a organização à Câmara.

O Senhor Presidente respondeu aos intervenientes e disse que tinha explicado os números e que o apoio às associações de solidariedade social é feito por valências. Uma associação que tem lar e infantário recebe um valor, se tiver uma só valência só recebe metade. Estas valências podem alterar para mais ou para menos. No turismo disse que esta Câmara privilegia o turismo de qualidade, mas não estamos em condições de desprezar outros. Deve-se apoiar tudo porque o investimento que foi feito pelos privados na área da hotelaria e restauração, nos últimos anos, é grande e foi feito devido à promoção que esta Câmara tem feito do concelho.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com catorze votos contra e cinco abstenções.

4. Proposta de atribuição de Mérito Excepcional a funcionários administrativos

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que só quem diariamente dirige os trabalhadores é que pode fazer a sua avaliação. Pensa que não está em condições de fazer essa avaliação, contudo acredita na Câmara e referiu que a sua posição pessoal é a abstenção.

O deputado António Ferreira concordou com o que referiu o deputado António Cascais, só não dizia como ia votar porque senão não votaria secretamente.

Deliberação: Os Méritos Excepcionais obtiveram a seguinte votação:

- Isabel Maria Silva Pereira, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Maria José F.R. Calejo Pires, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, dois votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Maria João Afonso Alves, aprovado por maioria com quarenta votos a favor, dois votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Cristina Maria Afonso Gonçalves, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Amílcar Rodrigues Monteiro, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- António Anjos Fernandes, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Artur Rodrigues dos Santos, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Filipe Antunes Luis, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Sérgio Fernando M. Vides, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Domingos Sousa , aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Alfredo Medeiros Fernandes , aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- José Manuel Alves F. da Silva , aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos a favor, sete abstenções, seis votos brancos;
- Fernando António S. Carvalho , aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos,
- Carlos Alberto R. Gonçalves, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Carlos Manuel Botelho Araújo, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;

- António Joaquim R. Fernandes, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- José Afonso Barroso, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- José Dias Luis, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos brancos, seis abstenções e seis votos brancos;
- Alberto Teixeira Gonçalves, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- José Joaquim Afonso, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Carlos Morais Vigário, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Paulo Jorge Rebelo da Silva, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Benedito da Costa Freitas, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Fernando Fernandes, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Domingos Carvalho Pereira, aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- António Gonçalves Crespo, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Joaquim Gonçalves Peirezo, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- João Fortunas Afonso, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, quatro votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Abílio João Fidalgo Xavier, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- João Luis da Silva Vieira Gonçalves, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Luisa de Jesus Francisco Ramos, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- Maria da Graça Pedreira Alves, aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, dois votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- José Teixeira Magalhães, aprovado por maioria com trinta e nove votos a favor, três votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- José Manuel Dias Teixeira , aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- António Dias Rodrigues, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- António Alberto Batista Cruz, aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- António Pereira de Sousa , aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- José Carlos Afonso da Costa , aprovado por maioria com trinta e nove votos a favor, três votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- José Gonçalves Vieira , aprovado por maioria com trinta e nove votos a favor, três votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- José Manuel Vaz Vieira , aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, dois votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;

- Francisco Gonçalves F. Batista , aprovado por maioria com trinta e nove votos a favor, três votos contra, cinco abstenções e seis votos brancos;
- Manuel Branco Lourenço , aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, três votos contra, sete abstenções e seis votos brancos;
- Alberto Gonçalves Surreira , aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e seis votos brancos;
- António Gonçalves Pereira , aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor, três votos contra, seis abstenções e sete votos brancos.

5. Obras por Administração Directa

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o assunto à Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com onze abstenções.

6. Delegação de Competências para as Freguesias

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o assunto à Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário